

➤ continuação

Descrição**Imobilizado-Bens de Terceiros****Bens Móveis**

Aparelhos Equipamentos Utensílios Medicos Odontológicos Laboratoriais
Equipamentos Processamento de Dados
Mobiliário em Geral
Maquinas Utensílios e Equipamentos Diversos
Aparelhos e Utensílios Domésticos
Máquinas Ferramentas e Utensílios de Oficina

Total Imobilizado - Terceiros**Descrição****Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros****Bens Móveis**

Aparelhos Equipamentos Utensílios Medicos Odontológicos Laboratoriais
Equipamentos Processamento de Dados
Mobiliário em Geral
Maquinas Utensílios e Equipamentos Diversos
Aparelhos e Utensílios Domésticos
Máquinas Ferramentas e Utensílios de Oficina

Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros

Segundo o inciso II do § 3º do art. 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº. 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização". **3.8.1 Ajuste de Vida Útil:** A instituição efetua o ajuste de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.8 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. **3.9 - Fornecedores:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias.

3.10 - Serviços de Terceiros: Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoas físicas e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos, serviços gerais, limpeza, vigilância e segurança, manutenções preventivas, Consultoria e Auditoria, Serviços de Remoções, etc. **3.11 - Salários a Pagar:** De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.12 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS e PIS. **3.13 - Provisões de Férias e Encargos:** Foram provisões com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **3.14 - Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre serviços pessoal próprio em regime CLT e ISS sobre os serviços prestados de pessoas físicas autônomas. **3.15 - Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, os saldos a pagar em 2018 representam R\$ 266.598,41. **3.16 - Outras Contas a Pagar:** Os valores evidenciados nesta conta data referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição totalizando em 2018 o saldo de R\$ 3.216,00. **3.17 - Convênios/Contratos Públicos a Realizar (Circulante e Não Circulante):** De acordo com a Resolução CFC N° 1.305/10 - NBC TG 07 (R2) item 15A e Resolução CFC N.º 1.409/12 - ITG 2002 (R1) Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar a curto prazo em 31.12.2018 representa R\$ 168.669.095,07 (cento e sessenta e oito milhões e seiscentos e sessenta e nove mil e noventa e cinco reais e sete centavos), a realizar a longo prazo representa R\$ 216.430.220,46 (duzentos e dezesseis milhões e quatrocentos e trinta mil e duzentos e vinte reais e quarenta e seis centavos). **3.18 - Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.19 - Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15/09/2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável), ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. No exercício de 2018, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. As ações onde a possibilidade de perda era tida como "provável" o montante de R\$ 3.980,53 e "possível", o montante chegou a R\$ 529.194,38. E ainda acumulou passivo de reclamações cláves como "provável" no montante de R\$ 250.000,00 e "possível" o montante de R\$ 194.618,24 conforme demonstra abaixo quadro explicativo:

SPDM - Rede Assistencial Butantã - Contingências - Passivas**Trabalhista**

Provável	Possível	Remota
3.980,53	529.194,38	-

SPDM - Rede Assistencial Butantã - Contingências - Passivas**Cível**

Provável	Possível	Remota
250.000,00	194.618,24	-

3.20 - Outros Ativos e Passivos: Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valores históricos, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **3.21 - Apuração do Resultado:** Conforme Resolução CFC Nº 1.305/10 - NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamental Item 12, o resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e despesas são confrontadas ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado será sempre "zero". Portanto

Relatório dos Auditores Independentes: **Opinião sobre as Demonstrações contábeis:** Examinamos as Demonstrações Contábeis da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Rede Assistencial de Supervisão Técnica de Saúde Butantã** que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31/12/2018, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31/12/2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as Demonstrações Contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2018, como informação suplementar pelas IFRS que

Posição em 31/12/2017	Aquisição	Estornos	Baixa/Trans-ferência Contas	Posição em 31/12/2018
323.848,43	1.505.361,33	(9.962,24)	2.850,00	1.816.397,52
323.848,43	1.505.361,33	(9.962,24)	2.850,00	1.816.397,52
258.704,55	1.164.401,34	(9.962,24)	-	1.413.143,65
5.925,00	68.240,89	-	-	74.165,89
-	207.577,50	-	-	207.577,50
52.461,00	37.513,93	-	-	89.974,93
2.850,00	18.689,74	-	2.850,00	18.689,74
3.907,88	8.937,93	-	-	12.845,81
323.848,43	1.505.361,33	(9.962,24)	2.850,00	1.816.397,52

Posição em 31/12/2017	Baixa	Estornos	Posição em 31/12/2018	Taxas anuais médias
(118.172,34)	(183.224,88)	-	(301.397,22)	20
(118.172,34)	(183.224,88)	-	(301.397,22)	20
(82.773,34)	(123.979,83)	-	(206.753,17)	20
(4.658,23)	(11.969,18)	-	(16.627,41)	20
(9.990,76)	(28.783,70)	-	(38.774,46)	20
(19.787,96)	(16.225,57)	-	(36.013,53)	20
(203,35)	(1.359,40)	-	(1.562,75)	20
(758,70)	(907,20)	-	(1.665,90)	20
(118.172,34)	(183.224,88)	-	(301.397,22)	

a apuração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da instituição.

4 - Origem e aplicação dos Recursos: As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1 - Rendimentos sobre Aplicação Financeira - Receitas Financeiras com Restrição:** Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos à Realizar", em conformidade com Item 29 da NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamental. Em 2018 tais valores representam o montante de R\$ 1.879.653,89. **4.2 - Auxílios, Subvenções, Contrato de Gestão e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC N° 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2018, a unidade gerenciada recebeu Assistências Governamentais Federais, Estaduais e Municipais conforme quadro abaixo:

CNPJ - 61.699.567/0061-80	R\$
Convênios/Contratos	
2015-0.229.389-3 - R022/2016 - Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde VI Butantã - 001/2016 Custo Fonte 00	113.404.975,38
2015-0.229.389-3 - R022/2016 - Rede Assistencial Da Supervisão Técnica De Saúde VI Butantã - 001/2016 Custo Fonte 02	22.560.700,00
Total	135.965.675,38

5 - Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelece as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15A), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custo e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido no período de 2017 e 2018. **6 - Resultado Operacional:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução N° 1.305/13 (NBC TG 07 R1), Item 12 e 15A, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado, de receitas e despesas compensadas em bases sistemáticas. Em 2018, a instituição reconheceu repasses e outras receitas no montante de R\$ 137.857.851,50 (cento e trinta e sete milhões e oitocentos e cinqüenta e cinco reais e sete mil e oitocentos e cinqüenta e hum reais e cinqüenta centavos), esses recursos foram aplicados na atividade operacional e assistencial da unidade, considerando custos e despesas operacionais no período, totalizando um montante de R\$

➤ **continuação** distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contá-

bil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 29/03/2019. **Audisa Auditores Associados** - CRC/SP 2SP 024298/O-3; **Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior** - Contador - CRC/RS 058.252/O-1 CVM: Ato Declaratório N° 7710/04; **Ricardo Roberto Monello** - Contador - CRC/SP 1SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619.

SF Empreendimentos e Participações S/A

CNPJ: 04.873.656/0001-70

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: As demonstrações financeiras da SF Empreendimentos e Participações S.A, referente as atividades encerradas em 31 de dezembro de 2018 são submetidas à apreciação de V.Sas.				A Administração	
Balanço Patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Expressos em (Reais - R\$)					
	Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado
Ativo					
Circulante	2018	2017	2018	2017	
Caixa e equivalentes de caixa	2.974.083	2.914.838	4.866.619	5.033.450	
Clientes			15.700.500	8.366.801	
Outros Créditos	4.023.052	1.581.206	4.620.900	3.961.035	
Adiantamento a Funcionários	15.438	1.741	15.532	89.923	
Outros Créditos	3.078.136	888.355	3.641.651	3.069.557	
Impostos a Recuperar	102.334	23.632	136.573	135.076	
Adiantamento Fornecedores	827.144	667.478	827.144	666.478	
Estoques			32.479.127	31.168.476	
Não Circulante	50.134.003	45.810.225	23.970.495	14.763.932	
Realizável a Longo Prazo					
Contas a Receber			647.586	2.758.388	
Clientes				16.079	
Emprestimos Pessoa Ligada	895.268	895.268			
Investimento	45.855.601	41.538.345			
Imobilizado Líquido	1.895.680	1.889.158	21.819.060	10.485.616	
Intangível	1.487.454	1.487.454	1.503.849	1.503.849	
Total do Ativo	57.131.138	50.306.268	81.637.641	63.293.694	
Demonstração dos Fluxos de Caixa					
Fluxo de Caixa Proveniente das Operações :					
Controladora			Consolidado		
2018	2017	2018	2017		
Lucro Líquido do Exercício	(6.950.885)	(2.601.869)	(5.806.444)	10.474.151	
Mais: Depreciação			202.039	75.759	
Ajustes Ativos e Passivos	(560.158)	35.732	(359.180)	35.732	
Resultado Participações Societárias	784.440	10.623.227			
Lucro Líquido Ajustado	(6.366.603)	8.057.090	(5.963.585)	10.585.642	
(Aumento) Diminuição de Ativos					
Aumento/Diminuição de Funcionários	(13.698)	1.223	74.391	(67.311)	
Aumento/Diminuição Clientes	(476.079)	(7.333.699)	(7.211.236)		
Aumento/Diminuição Impostos a recuperar	(78.803)	11.979	(1.497)	(48.819)	
Aumento/Diminuição Adto.Fornecedores	(159.666)	649.478	(160.666)	(629.083)	
Aumento/Diminuição Outros Créditos	(2.189.779)	2.154.934	(1.489.470)		
Aumento/Diminuição Outras Contas a Receber		(600.150)	(186.341)		
Aumento/Diminuição Estoques		(1.310.646)	(2.680.603)		
Aumento (Diminuição) de Passivos					
Aumento Diminuição Fornecedores	25.473	117.705	(1.110.238)	233.955	
Aumento/Diminuição Obrigações Trabalhistas	(312)	10.162	846	(2.646)	
Aumento/Diminuição Impostos	35.503	3.571	(265.782)	348.537	
Aumento/Diminuição Provisão de Férias	(82.495)	(68.532)	(78.249)	82.523	
Aumento/Diminuição Outras Contas a Pagar		(763.357)	4.054.528		
Aumento/Diminuição Adiantamentos Clentes	20.000.000		30.951.654		
IRPJ / CSLL Pago		(403.036)	(1.073.366)		
Caixa Gerado (Consumido) nas Atividades Operacionais	11.169.620	8.306.597	15.190.920	1.916.310	
Atividades de Investimentos					
Recebimento de Empréstimos Pessoas Ligadas	(4.323.779)	2.436.731	(11.333.445)	8.263.188	
Recebimento Venda de Imobilizado			2.899.412		
Pagamento Compra Imobilizado			(11.333.445)	(696.663)	
Aumento/Diminuição Investimentos	(4.317.256)		417.419		
Empréstimos a Pessoa Ligadas		(462.681)	(3.231.572)		
Atividade de Financiamento					
Pagamento Empréstimos Bancários	(6.786.596)	(7.832.347)	(4.024.303)	(5.631.168)	
Pagamento Empréstimos a Coligadas		(6.335.500)	(1.051.996)	(2.638.137)	
Pagamento Outras Contas a Pagar	(5.574.920)	(445.435)	(2.972.307)	(4.343.590)	
Empréstimos de Pessoas Ligadas	(1.211.676)	(401.412)	(401.412)	(401.412)	
Lucros Distribuídos		(650.000)		8.087.471	
Novos Empréstimos Bancários					
Pagamentos Acionistas					
Variação de Caixa e Equivalente de Caixa					
Variação do Caixa no Início Exercício	2.914.838	3.858	5.033.450	485.120	
Variação de Caixa no Final do Exercício	2.974.083	2.914.838	4.866.619	5.033.450	
As demonstrações financeiras completas estão sendo publicadas no jornal DCI.					

Administração e Representações Telles S.A.

CNPJ nº CNPJ: 61.363.842/0001-00

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a grata satisfação de submeter à apreciação de V.Sas o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, as Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos e a Demonstração de Fluxo de Caixa referentes ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2018. Colocamo-nos à disposição dos Srs. Acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo, 27 de abril de 2019. **A DIRETORIA**

Balanços Patrimonial Comparativo 2018 e 2017				Demonstrativo do Resultado do Exercício	
	31/12/2018	31/12/2017	Passivo/Circulante	31/12/2018	31/12/2017
Ativo/Circulante					
Caixa	32,79	7.223,40	Débitos Sociais (INSS/FGTS/PIS/COFINS)	2.028,15	4.140,08
Bancos	10,00	11,00	Débitos Fiscais (Imposto de Renda Retido na Fonte)	-	303,17
Aluguéis a Receber	99.814,82	116.531,48	Dividendos a Pagar	-	-
Contas a Receber	108.000,00		Contas a Pagar	-	-
Aplicações Financeiras	1.513.036,88	4.065.884,15	Provisão para IR/CSLL	3.985,69	166.966,43
Impostos a Recuperar	41.802,95	286.661,03		6.013,84	171.409,68
Total	1.762.697,44	4.476.311,06			
Não Circulante					
Contas a Receber	-	-	Total	1.754.478,30	
Outras Contas	10.743,00	10.743,00	Passivo a Longo Prazo	1.754.478,30	
Total	10.743,00	10.743,00	Devolução de Capital Social a Liquidar	-	-
Permanente/Imobilizado					
Imóveis	2.800.000,00	2.800.000,00	Patrimônio Líquido		
Móveis e Utensílios	27.989,00	27.989,00	Capital Social	3.000.000,00	9.784.627,00
Instalações	32.652,92	32.652,92	Reserva Legal	275.313,78	275.313,78
Equipamentos de Hardware	15.504,76	15.504,76	Lucros Acumulados	2.797.511,89	1.658.964,61
Depreciação Acumulada</td					